

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.075 - SP (2018/0317211-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ABRUZO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**
ADVOGADOS : **SILVESTRE FUZIOKA DA SILVA - SP327334**
JOSE CARLOS MASCARENHAS NEVES E OUTRO(S) - SP100821
AGRAVADO : **JEFFERSON VIRGINIO DA SILVA NASCIMENTO**
AGRAVADO : **KATIA MOREIRA DE MEDEIROS NASCIMENTO**
ADVOGADO : **ANTONIO MARCOS SILVA DE FARIAS E OUTRO(S) - SP211173**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. DANO MORAL. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. CONTEÚDO NORMATIVO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL ARROLADO QUE NÃO SE MOSTRA SUFICIENTE A IMPUGNAR A MATÉRIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Abruzo Empreendimentos Imobiliários Ltda. contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Denota-se dos autos que a ação de revisão de contrato cumulada com reparação de danos ajuizada por Jefferson Virginio da Silva Nascimento e Katia Moreira de Medeiros Nascimento em desfavor da ora recorrente foi julgada parcialmente procedente para condenar a ré a pagar aos requerentes danos emergentes no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), bem como a devolver-lhes a quantia de R\$ 567,00 (quinhentos e sessenta e sete reais) por eles paga a título de cotas condominiais.

Inconformados, os autores interpuseram apelação, a qual foi parcialmente provida pela Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para condenar a construtora ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de danos morais, mantida a sucumbência recíproca reconhecida na sentença.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ, fl. 225):

Compromisso de compra e venda. Ação de revisão contratual c.c. Repetição de indébito e indenização por danos morais e materiais. Saldo devedor do contrato pago com financiamento bancário. Inexistência de quantia paga a maior. Diferença entre o valor do

contrato e o valor do mútuo que decorre da incidência de encargos expressamente previstos no contrato (correção monetária e juros) sobre o saldo do preço. Atraso na entrega do imóvel. Dano moral caracterizado. Arbitramento da indenização por dano moral em R\$ 10.000,00. Sentença parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos pela ora demandante foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente alegou a existência de divergência jurisprudencial e de violação ao art. 884 do Código Civil.

Sustentou, em síntese, o descabimento da condenação ao pagamento de danos morais tão somente em decorrência do atraso na entrega do imóvel, uma vez que tal circunstância não caracteriza a ocorrência de ato ilícito indenizável, devendo ser comprovado o prejuízo de natureza extrapatrimonial.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso por entender serem aplicáveis as Súmulas 284 do STF e 7 do STJ, o que levou a parte insurgente a interpor o presente agravo, no qual refutou os referidos óbices.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, verifica-se que o conteúdo normativo do art. 884 do CC/2002 apontado como contrariado não é apto a rechaçar a tese de não ocorrência de danos morais proveniente do atraso na entrega do imóvel, o que caracteriza deficiência na fundamentação, a atrair a incidência da Súmula 284 do STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

